

Condições Sociológicas de uma Estratégia Pastoral

André Droogers

1. INTRODUÇÃO

As frustrações e o desespero de pastores recém-formados, ao descobrir que na comunidade os sonhos da faculdade caem por terra, nos levarem a optar pelo tema "Sonho e Realidade" no ciclo de palestras deste semestre. A realidade dentro e fora da comunidade parece muito mais complexa e imóvel do que se esperava durante os anos do estudo. Conhecemos a situação atual e sabemos também mais ou menos de que situação sonhamos, mas não sabemos como viajar do ponto de partida ao ponto de chegada. Como consequência disso, alguns ficam onde estão, oferecem à comunidade o que ela espera deles. Reproduzem um padrão de uma pastoral tradicional. Vivem segundo o ritmo que os acontecimentos na comunidade ditam. Fogem para um ativismo que pelo menos justifica o ordenado e, às vezes, também a vocação. Alguns, contudo, arriscam a procura de outros caminhos, pois não param de sonhar. Têm a coragem de dizer não a determinadas expectativas da comunidade, e de aceitar conflitos quando a comunidade não se contenta com isso. Invariavelmente alguns membros dirão que o pastor está sonhando e, felizmente, eles têm razão.

Para facilitar a vida dos sonhadores na realidade, ofereço nesta palestra algumas observações sobre as condições sociológicas da estratégia pastoral. Pastorado acontece num quadro social: da comunidade, da Igreja e, também na sociedade em geral, isso não só quando a comunidade assume a sua tarefa no mundo, mas de qualquer forma. Reflexões estratégicas devem levar em conta que existe esta dimensão social. Assim podemos conscientizar-nos das várias opções que se apresentam quando desejamos que sonhos se tornem realidade. Pastores, presbitérios e comunidades que explicitamente levantam a pergunta da estratégia, não podem deixar de dar atenção ao lado social da questão. Muitas vezes estas perguntas são negligenciadas e afogadas no mar do oportunismo e da rotina tradicional.

Não quero estimular expectativas que depois não posso satisfazer. A abordagem sociológica não promete milagres, não cura as dores dos pastores frustrados. Ela só ajuda a diagnosticar. Não existe algo como uma tecnologia social que ofereça a última novidade da engenharia sociológica. O comportamento humano sempre tem

um lado imprevisível e inesperado. Contra todas as expectativas racionais, pessoas podem agir e reagir de maneira absolutamente irracional, acabando com qualquer planejamento. Pelo bem da verdade, tem que ser reconhecido que a instituição Igreja também esmagou, com todo o seu peso, muitas inovações.

É preciso lembrar que, em geral, as pessoas não mudam tanto depois da sua juventude. Elas selecionam a informação que querem ouvir, como todo pastor sabe a partir das reações dos membros às suas prédicas. P. ex., o pastor prega sobre a graça da justificação pela fé, a comunidade ouve uma troca da salvação por participação na comunidade. Além disso, as pessoas formam grupos, que o sociólogo Peter Berger chama de estruturas de plausibilidade(1). Estes grupos protegem a pessoa contra informações diferentes e lhe dão a impressão constante de que ela tem razão. Mudar de idéia significa se separar do grupo. Não fica claro se a pessoa pertence ao grupo porque tem certas idéias, ou se tem certas idéias porque pertence a tal grupo. Nas linhas teológicas podemos encontrar ilustrações destes mecanismos de defesa. Quero acrescentar ainda que a pessoa desenvolve um certo equilíbrio pessoal que liga as suas convicções aos seus interesses, à sua biografia, ao seu auto-respeito e à sua maneira de se apresentar e de se expressar. Por todas estas razões não podemos estar muito otimistas quanto à perspectiva de mudar pessoas.

Porque mudança é o que está subentendido quando falamos em estratégia. Uma das definições que o Aurélio dá de estratégia é: "Arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos"(2). Quem quer alcançar objetivos específicos está procurando mudar algo. Quem aplica uma certa estratégia faz isto conscientemente e calcula bem como o alvo poderia ser alcançado. Quem quer que os seus sonhos se tornem realidade, deve fazer uso de pensamento estratégico. Aliás, qualquer atividade tem uma dimensão estratégica, embora muitas vezes inconsciente e imperfeita.

Quero deixar claro já agora que pensar em estratégias pode dar uma impressão antipática e cínica, principalmente porque estratégia tem cheiro de manipulação de pessoas que não ficam sabendo que são manipuladas. Mas penso que quem fica alerta pode evitar conseqüências negativas.

Quando falo em estratégia pastoral penso na situação do pastorado e da comunidade e não só na do pastor. Não vou dar uma definição mais teológica de pastoral, mas uso este termo como re-

(1) A formulação mais recente in: BERGER, Peter L. *The Heretical Imperative, Contemporary possibilities of religious affirmation*. Garden City, New York, Anchor Books, p. 16.

(2) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s.d., p. 586.

ferência ao comportamento de pessoas, isoladas ou num grupo, relacionado à sua fé. Uma estratégia pastoral pode ser vista, então como "a arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos que a fé coloca". Falando em condições sociológicas me restrinjo ao lado social da estratégia pastoral. Estas condições são apenas sociológicas na medida em que elas podem ser descritas e avaliadas com a ajuda da sociologia; no mais são condições sociais.

Depois destas observações introdutórias quero mencionar alguns dilemas falsos que parecem complicar a reflexão sobre a estratégia pastoral. Em seguida podemos formular algumas sugestões para escapar destes dilemas. Depois apresento três modelos diferentes, mas complementares, que apontam para estratégias concretas. Encerro com algumas considerações finais(3).

2. DILEMAS FALSOS

Muita frustração parece ser consequência de uma visão que pensa que a estratégia deve ser baseada em uma de duas possibilidades. Mas é uma simplificação pensar que a realidade pode ser reduzida a uma de duas alternativas. Geralmente estas alternativas são polos de todo um espectro de possibilidades. Vou dar alguns exemplos.

O mais conhecido e o mais influente é o dilema entre indivíduo e sociedade. Uma elaboração mais específica encontramos nas propostas exclusivas que sugerem *ou* a conversão, de preferência maciça, como panacéia para todos os males, *ou* a transformação das estruturas da sociedade como única saída. Ligado com isso está o dilema entre conscientização e ação sócio-política. Tanto os que saem da faculdade com fervor evangélico quanto os que se colocam ao serviço de um processo revolucionário correm o risco de uma decepção muito forte, por se definirem em termos de um pólo só. Pois a realidade social não corresponde a esta expectativa unilateral.

Da sociologia podemos aprender que nem a liberdade e autonomia total do indivíduo, nem o determinismo e a coerção absoluta da sociedade existem. O que existe é uma relação dialética entre indivíduo e sociedade que mutuamente se influenciam sem porém se determinar totalmente. Na sua educação o indivíduo é marcado por sua sociedade e quando falamos em mecanismos de defesa já fiz alusão à dimensão social de certas convicções. Por outro lado, a sociedade é realização humana. Quem não se sente mais em casa num grupo, geralmente pode sair dele. Como dizem Berger e Luckmann: "A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma rea-

(3) Fui muito inspirado pelas idéias desenvolvidas num estudo holandês de LAEYENDECKER, L. e STEGEREN, W. F.. *Strategieën van sociale verandering*. Amsterdam, Meppel, Boom, 1978.

lidade objetiva. O homem é um produto social''(4). A consequência disso é que quem quer mudar pessoas tem que mudar os seus mecanismos de defesa e por isso tem que mudar algo no seu contexto social. Por outro lado, quem quer mudar a sociedade, tem que passar pelas pessoas que pertencem a esta sociedade. A revolução que se faz sem base numa parte convicta da população, fracassa. Se ela dispõe desta base, a revolução é o início de um processo de educação do resto da população. Da mesma maneira, conscientização e ação pertencem juntas. Pois pessoas conscientizadas que não podem aplicar o que aprenderam saem decepcionadas. P. ex., estamos cansados de ouvir prédicas e meditações que convidam a fazer algo, mas que ficam na retórica. Por outro lado, uma boa ação sócio-política depende da medida em que pessoas, por convicção e por livre e espontânea vontade, se engajam, corpo e alma, na luta. Assim podemos concluir que quem negligencia *ou* o lado individual *ou* o lado social fica necessariamente prejudicado.

Um outro dilema falso é o entre abordagem parcial e planejamento total. Parece muito realista querer realizar somente o que está dentro do alcance, mas pode ser o fim do sonho. Pode ser uma luta contra sintomas sem descobrir ou eliminar a verdadeira causa. Às vezes este realismo é apenas ingenuidade da qual os que estão no poder fazem abuso. No outro extremo o planejamento total também não satisfaz. Parece muito mais eficaz, pois elimina de uma vez as causas principais e muda o sistema. Mas a complexidade da realidade impossibilita um conhecimento suficiente de todos os fatores, mais ou menos como acontece num jogo de xadrez. A retórica que acompanha esta abordagem total cria expectativas exageradas e a longo prazo os adeptos perdem a confiança nesta solução. Não pode ser negado, porém, que ela tem a vantagem de alimentar os sonhos, e por isso ela pode ter uma função profética. Falta, contudo, a receita concreta para preparar o prato gostoso que é propagado. Na prática a abordagem total acaba sendo parcial também, pois na impossibilidade de fazer o grande pulo, adota-se uma abordagem parcial: a atualidade dita o programa.

De novo seria aconselhável evitar os extremos e combinar as vantagens dos dois métodos. Numa imagem: no caso de um incêndio, devo fazer tudo para apagar o fogo, mas ao mesmo tempo deveria me perguntar como uma repetição pode ser evitada.

Um último dilema falso, que ainda quero mencionar, faz uma distinção entre harmonia e conflito, como se fossem opções exclusivas. Ora, de novo trata-se de extremos e a realidade contém uma mistura de harmonia e conflito, de coesão e luta. Existem graus de harmonia e de conflito. Quem defende a procura de soluções em boa harmonia nunca alcança o seu ideal sem pressão, quer

(4) BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia de conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1973, p. 87 (grifado no original).

dizer sem ameaçar com um conflito. Por outro lado, quem propaga o modelo do conflito, às vezes, considera todos que se manifestam a seu favor como os seus inimigos, esquecendo que muitas vezes há uma categoria indecisa que pode-se tornar aliada numa determinada estratégia. Existe uma impaciência sagrada que classifica as pessoas em confiáveis e condenáveis e que não se dá o tempo de convencer pessoas indecisas. Às vezes há espaço para uma mudança harmoniosa, às vezes conversa não adianta e somente o conflito é a saída. E entre os dois há todo um leque de possibilidades sutis. Não é necessário entrar logo no conflito com maiúscula. Deveríamos aprender como fazer um uso frutífero de pressão e de conflito sem ter medo deles e sem ficar vitimados.

3. EXPLORAR O ESPAÇO ENTRE OS EXTREMOS

Vimos que sonhos se esvaziam quando se esquece a realidade. Mas a realidade fica insuportável, se não se sonha mais. Da mesma maneira devemos evitar um realismo e um idealismo unilaterais. Quem se contenta com uma abordagem exclusiva, seja ela individual, seja ela norteadada pela sociedade, fica em baixo nível potencial e está frustrando o seu próprio trabalho. As duas abordagens devem se complementar. Também não é saudável ficar obcecado pelo modelo parcial ou total, nem pela abordagem harmônica ou contestadora.

É de extrema importância explorar as possibilidades que se apresentam *entre* os extremos. Por é só assim que será possível evitar ficar parado num dos polos. Tudo isso parece traição ao ideal, parece um compromisso que dilui a intenção do objetivo sagrado. Mas acredito que não devemos confundir alvo e procedimento. Muitos pastores estão frustrados porque proclamam valores muito bonitos e corajosos, mas extremamente abstratos. Sabem qual é o alvo, mas não investem tempo ou criatividade no procedimento. Compram uma briga com a comunidade, simplesmente porque não mostram os passos concretos que já podem ser feitos. É pena que a Bíblia só oferece valores gerais, não receitas concretas prontas. Isso complica. É preciso ver que quem assume a tarefa ingrata de passar lentamente por um caminho muito difícil, e às vezes perigoso, não renuncia necessariamente ao ideal. Ao contrário, sabe por onde quer ir, mesmo que gasta muito tempo em problemas triviais que aparentemente não têm nada a ver com o objetivo principal. E é só a esperança contra todas as evidências que faz com que não se desespere. Temos que ter a cabeça nas nuvens e os pés plantados firme no chão.

Concretamente falando, significa que na estratégia pastoral é importantíssimo combinar uma preocupação com o indivíduo e uma consciência das causas sociais. Quem faz um planejamento

a longo prazo deve incluir uma certa flexibilidade para adaptações. Deve encontrar um compromisso entre centralização e descentralização, entre uma elite especializada versada e as massas que também têm um papel na estratégia. Cada vez é necessário se perguntar em que nível, em que faixa do espectro entre os dois extremos, se quer trabalhar. Enquanto que para as autoridades o rumo da sua influência é do polo da sociedade, do planejamento total e do sistema ao outro extremo, para o povo o caminho a seguir é o inverso, começando perto do polo individual ou do pequeno grupo, trabalhando a partir de um caso concreto e limitado, mas com a perspectiva de levar cada vez mais em conta e atingir o outro extremo. O governo fala em crise internacional e dívida externa, o povo fala em arrocho salarial e no preço dos alimentos.

Os passos pelos quais uma estratégia pastoral pode passar são os seguintes:

- em primeiro lugar, a situação deve ser analisada para definir o problema, os fatores que o causam, e as categorias de pessoas implicadas, para poder formular o que deve mudar. Temos que conhecer a comunidade em que trabalhamos e a realidade na qual ela está inserida(5).
- num segundo passo, as soluções eventuais devem ser estudadas e uma deve ser escolhida, levando em consideração os recursos disponíveis e a consistência com os valores do grupo.
- em terceiro lugar, deve ser decidido quais os passos a serem seguidos para realizar a solução prevista, quais os recursos para cada passo, quais as estratégias a serem usadas, deixando os passos irrevogáveis e caros para o fim.
- então chegou a hora de executar este plano, acompanhando sempre o que está acontecendo e, eventualmente, modificando o plano se for necessário.
- depois, em quinto lugar, a mudança assim efetuada deve ser generalizada, tem que criar raízes, obter a repercussão cogitada.
- na última fase, tudo o que aconteceu deve ser avaliado, para ver se o objetivo foi alcançado e para haver auto-crítica.

Sei que tudo isso soa muito geral e muito abstrato. Mas é fácil pensar num exemplo concreto e dar carne e sangue a esses ossos secos. P. ex., organizando uma festa na comunidade, se passou por estes passos. Um seminário é organizado do mesmo modo. Ou quem quer fundar um grupo da Juventude Evangélica onde ele não existe, poderia seguir este mesmo esquema. Ou, se um grupo quer iniciar um trabalho numa vila, ele pode prever os mesmos passos. Quer dizer que na prática muitas vezes já se segue este procedimento, especialmente quando a tarefa parece simples. Em casos mais complicados, e quando falta iniciativa, pode ser que exista mais

(5) Refiro o leitor aos anexos 1 a 3 de meu livrinho sobre *Religiosidade Popular Luterna*, que a Editora Sinodal publicará em breve.

improvisação. Este esquema pode ter a vantagem de estimular novas iniciativas, porque ele obriga a pensar sistematicamente em possibilidades eventuais de trabalho pastoral. E ele pode servir para melhorar o que já está sendo feito.

Os três modelos que quero apresentar agora, são subsídios importantes para a formulação e execução dos passos acima mencionados.

4. TRÊS MODELOS

Os três modelos que vão ser descritos, ocupam espaço entre os polos antes mencionados. Eles oferecem subsídios para mudar as atitudes e o comportamento de pessoas, inclusive de autoridades. Eles oferecem soluções realistas, sem, porém, fechar o caminho para a realização do sonho. Começando por situações e problemas concretos eles visam um efeito mais estrutural. Cada um pressupõe uma certa visão sobre o ser humano e sobre a sociedade. Os interesses de um modelo podem, por isso, ser contrários aos de um outro, mas em geral eles são complementares e podem ser aplicados em conjunto. A opção por um ou - melhor - mais deles depende do objetivo a ser realizado.

O primeiro modelo usa *informação* para mudar o conhecimento que as pessoas têm, para, assim, poder mudar o seu comportamento. A visão que se tem do ser humano é a de que age de maneira racional. Ela é produto do Iluminismo. A sociedade é vista de maneira atomista, como se ela fosse composta de inúmeras unidades individuais. Muitas vezes é este o modelo que é usado na educação, quando a ênfase está num certo intelectualismo. A informação, dada com autoridade, deve acabar com a ignorância e a superstição. O bom senso da pessoa razoável deve prevalecer. Ela é levada a cogitar as vantagens e desvantagens de uma decisão, e a se posicionar conforme este cálculo de benefícios e perdas.

Esta própria palestra é um exemplo da aplicação deste modelo. Não faço outra coisa do que juntar argumentos para vender o meu peixe, contando com a sua compreensão e simpatia por argumentos racionais. As aulas aqui na faculdade seguem o mesmo método. Um outro exemplo, muito conhecido, é a prédica, onde o pastor fala para um conjunto de indivíduos que, se não dormem, escutam, cada um por si, o que é ensinado. As publicações da IECLB, como *Jornal Evangélico* ou uma parte do material divulgado pela Igreja, parecem seguir os caminhos deste modelo. Dependendo do método, o ensino confirmatório também se encaixa neste modelo.

O efeito deste modelo depende de vários fatores. Em primeiro lugar, parece importante não só o que é dito, mas também quem fala. Segundo as pesquisas, um estrangeiro tem menos prestígio do que uma pessoa da mesma origem que os ouvintes. A informação

dada deve ser clara e lógica. Para evitar que o orador seja visto como um demagogo, ele deve incluir, entre os argumentos em favor da causa que ele defende, alguns argumentos — fracos! — contra o que defende. A linguagem e a maneira de expor dependem do público, e quem se adapta terá mais sucesso. Na comunicação não devem existir fatores que desviam a atenção do conteúdo. Colocando o problema, o orador deve apontar para soluções, p. ex., mencionando modelos diferentes e concretos. De grande valor estratégico é a pessoa na platéia que concorda e que está disposta a testemunhar do seu entusiasmo. É algo que as igrejas pentecostais, dando espaço para testemunhos, entenderam muito bem. No mais, o jeito é descobrir quais as pessoas com mais autoridade na platéia e tentar convencê-las em primeiro lugar. Existem organizações evangélicas americanas que no mundo inteiro, inclusive no Brasil, aplicam esta regra, convidando líderes para os seus encontros, na certeza de que assim a mensagem se multiplicará. A desvantagem desta abordagem é o reforço dado a estruturas hierárquicas.

Muito depende dos valores e das convicções dos ouvintes. Quem quer efetuar uma mudança profunda, nestes valores e nestas convicções, deverá investir muito tempo e muita paciência. Uma pessoa machista não vira logo defensor de interesses feministas. Quem dá muito prestígio aos fortes e ricos, dificilmente abrirá o coração para fracos e pobres. Quem acha que sucesso na vida é conseqüência de trabalho, não estará aberto para um discurso que mostra causas estruturais da pobreza. Por outro lado, não é nada difícil confirmar pessoas nas suas opiniões e no seu padrão de valores.

Vamos para o segundo modelo, que é bem mais democrático que o primeiro. Este modelo procura *mudar atitudes, normas e valores* por meio de um trabalho que se realiza em *grupos*. O instrumento principal não é a informação, mas o grupo. A visão antropológica é a do ser humano como um ser social. O raciocínio é o seguinte: se os valores não mudam facilmente, como acabamos de ver, é importante atingir a estrutura social que apóia estes valores. Conhecimento ou informação não bastam. As raízes do comportamento são sociais. Por isso uma mudança tem que passar pelas relações sociais da pessoa. Assim não só o lado racional, mas também o irracional pode ser alvo da estratégia. O próprio contexto social é o lugar onde a mudança deve ser efetuada. Pode ser criado um novo contexto social, como acontece num fim de semana numa casa de retiro. A visão da sociedade que está por trás deste modelo friza o consenso, a coesão no grupo. A sociedade é vista como um conjunto de grupos cooperativos. A unidade principal é o grupo pequeno, onde o contato entre os participantes é muito intenso.

Um exemplo deste modelo é o seminário onde o ensino se fez em grupos pequenos. Nas comunidades de base temos uma

outra aplicação do mesmo modelo. Nos distritos onde existe uma ênfase no trabalho com e por grupos, este mesmo modelo é usado. JE e OASE podem ser outros exemplos, embora muito dependa da dinâmica adotada.

Falando em dinâmica, fica claro que o importante neste modelo são as forças que atuam num grupo. O objetivo do modelo é enfraquecer a força dos valores e normas do grupo, para introduzir os valores e normas desejados e para em seguida estabilizar o efeito desta mudança. Para isso muitas técnicas, que às vezes exigem um acompanhamento profissional, estão à disposição. P. ex., o grupo pode discutir um caso específico vivido por um dos participantes, analisar este caso e posicionar-se. Ou, outra técnica, o resultado de uma discussão pode ser dramatizado pelos membros do grupo. É possível também que o próprio grupo seja o assunto da discussão, para melhor funcionamento do grupo. Uma última técnica que quero mencionar, cria, de propósito, uma certa confusão, deixando as coisas acontecer, sem programa previsto, para depois poder analisar com o grupo o que aconteceu, quem fez o que, quem tomou iniciativas, etc.

Comparando os dois modelos que discutimos até agora, constatamos que o primeiro modelo tem um alcance maior que o segundo, mas ele é mais restrito no seu efeito. No contexto eclesial, o primeiro modelo parece ainda o mais usado, embora tenha sinais de que se mude para o segundo. Se estes modelos conseguem convencer um número maior de pessoas, eles podem levar a transformações estruturais. Ambos os modelos pressupõem um ambiente de comunicação, de abertura para ouvir. Neste sentido os dois diferem do terceiro que quero mencionar agora.

Neste terceiro modelo a pressuposição é o conflito, a falta de comunicação, a tensão entre interesses opostos. Quando os dois primeiros modelos não conseguem realizar mudanças estruturais, este terceiro modelo pode complementar os dois primeiros. A visão antropológica é bastante pessimista, porque ela vê o ser humano como alguém que só *muda o seu comportamento sob pressão*. Pressão é o instrumento principal neste modelo. A sociedade é vista como regida por interesses em conflito. Há uma distribuição desigual de poder. Quem está no poder não muda o seu comportamento por argumentos, mas sob pressão. Esta pressão pode ter um caráter econômico, como no caso de uma greve. Ou um caráter jurídico, p. ex. quando se faz um processo contra o aumento da prestação do BNH. A pressão pode também ser psíquica, quando, p. ex., as autoridades argentinas são sistematicamente confrontadas com a pergunta das mães da Praça de Maio pelos filhos desaparecidos. Existe também pressão física, p. ex., se alguém derruba as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendem pombas. Geralmente a pressão física é mais usada por regimes do que por sujeitos destes regimes.

Assim a pressão pode ser violenta, mas também existem formas não-violentas. Quem raspa a cabeça para protestar contra o armamento, adota um método pacífico. Uma última distinção é a entre pressão legal e pressão ilegal. Um exemplo de pressão ilegal é, p. ex., a recusa de pagar a taxa alta e injusta do INCRA, como aconteceu no Espírito Santo no ano passado.

O rumo da pressão é de baixo para cima. O pastor que participa nisso não pode ficar no papel de autoridade eclesiástica entre as autoridades seculares. Compare que no primeiro modelo a informação foi dada de cima — da cátedra e do púlpito — para baixo, enquanto que no segundo modelo há uma troca de idéias e de influências num nível horizontal entre os membros do grupo. Estendendo ainda esta comparação podemos dizer que, como estratégias pastorais, os dois primeiros modelos foram principalmente aplicados dentro da Igreja. Este terceiro modelo tem a sua aplicação maior fora da Igreja. Mas seria possível que os dois primeiros modelos sejam usados também na atuação pastoral fora da Igreja, e que o terceiro modelo encontre aplicação dentro da Igreja. Exemplos são o trabalho de conscientização nas vilas, ou uma passeata dos nossos estudantes para a Secretaria Geral da Igreja quando a bolsa não é paga.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três modelos representam, em conjunto, vários aspectos da vida social. Os dois primeiros são sinais de coesão e de harmonia, o terceiro de conflito. Refletem assim os principais modelos da teoria sociológica. O primeiro articula o lado cognitivo da vida social, o segundo o lado emocional e afetivo, o terceiro o lado do poder e da pressão. Em conjunto oferecem uma estratégia mais ou menos completa. O primeiro e o segundo ajudam a preparar o caminho para o terceiro. Na sua variedade, os três podem ser usados em função das preferências teológicas e pastorais das pessoas, mas como vimos, uso de apenas um dos três diminui em muito o efeito realizado.

Pelo fato de os modelos mostrarem um caminho que evita posições extremas inefetivas, podemos nos perguntar, se a estrutura atual da IECLB é a mais efetiva para a execução da estratégia pastoral. Parece-me que uma avaliação das tarefas, assumidas ou ainda não iniciadas, e dos níveis em que estas tarefas precisam ser cumpridas, levaria a uma maior descentralização na organização da Igreja. Na fase atual, em que as comunidades começam a descobrir a sua tarefa na sociedade, a atuação pastoral deve ser mais local e concreta do que regional ou nacional e abstrata. A distância entre o espírito dos documentos oficiais da Igreja e a vivência da fé no nível do membro comum pode e deve ser diminuída. Com os re-

cursos dos três modelos, deveria ser desenvolvida uma estratégia explícita, ao nível das comunidades, a partir do seu contexto concreto. Por enquanto o negócio é ser pequeno.(6) A partir das situações concretas deve ser mostrado como a sociedade é organizada. Se numa fase ulterior toda a atuação pastoral se encontra mais perto do polo da sociedade e da abordagem total, a estratégia poderia ser adaptada de novo, agora com base mais firme, a esta nova situação. Só então uma centralização mais forte teria sentido. Com isso não quero eliminar todas as funções centrais concentradas em Porto Alegre e São Leopoldo, mas pode ser que algumas destas funções agora careçam ainda de uma base a nível das comunidades. Também não estou falando contra a tarefa profética da Igreja, só quero dizer que ela precisa ter o seu complemento concreto na comunidade, para não ficar num pólo só.

Uma última consideração deve ser um apelo aos pastores de se comportarem cada vez mais como um membro entre os membros. Suas atribuições parecem destacá-los, mas o peso disso não deveria ser maior do que o dos dons e carismas de outros membros. Por isso, o primeiro modelo não pode ser o único. O pastor que critica o sistema, usando argumentos marxistas, deve ter a coragem de aplicar os mesmos critérios a si mesmo também. Ele não pode ser o dono dos meios de produção religiosa, e os membros não podem ser os desapropriados. As classes dos donos (clero) e dos desapropriados (leigos) deveriam ser abolidas. Os membros devem ser reabilitados, porque podem oferecer mais do que a sua mão-de-obra e o imposto eclesiástico. Podem ter mais do que uma participação meio-obrigatória na vida da comunidade da mesma maneira como o operário não tem outro jeito do que participar no sistema que está por aí. No caso econômico isto leva à pobreza material, na comunidade a consequência é pobreza espiritual. A Igreja não pode assumir, no nível religioso, o papel que o Estado tem no sistema econômico. Como o trabalho, a fé não pode ser recurso minimal para a sobrevivência das pessoas. A fé tem mais a oferecer do que só isso. Assim também será possível acabar com a consciência falsa que coloca o pastor, como o patrão, no pedestal. Os membros devem mais e mais ser os sujeitos da história eclesiástica. Se tudo isso acontecer, como consequência de uma abordagem estratégica mais refletida, um dia a linguagem vai mudar. Não se falará mais, p. ex., do pastor que dá o culto, mas da comunidade que celebra o culto. Não será mais dito que "o pastor é quem sabe", mas a comunidade crescerá em sabedoria.

(6) SCHUMACHER, E. F.. *O negócio é ser pequeno. Um estudo da economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.